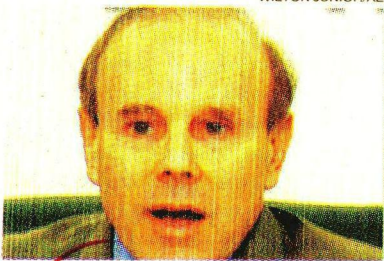


ECONOMIA & NEGÓCIOS

INCLUI
CLASSIFICADOS

WILTON JUNIOR/AE



Mantega otimista com crescimento do País

Presidente do BNDES diz que banco vai dar suporte à expansão sustentada da economia.

PÁG. 4

SERGIO DUTTI/AE



Três acordos comerciais até 2006

Celso Amorim diz que em um ano e meio conclui negociações com OMC, Alca e União Européia.

PÁG. 12

SEBASTIAO MOREIRA/AE



BNDES sem dinheiro novo para Varig

Idéia do banco é financiar apenas grupos que mostrarem interesse na compra da empresa.

PÁG. 16

Governo pode ampliar corte de gastos

Secretário do Tesouro sugere que será necessário reduzir mais despesas em dezembro para alcançar a meta de superávit de 4,5% do PIB

APERTO FISCAL

Sérgio Gobetti
BRASILIA

O governo poderá reduzir o ritmo de gastos neste fim de ano para se adequar ao maior superávit primário (receitas menos despesas, excluindo juros) que será necessário fazer em 2004, por causa da revisão feita esta semana do valor nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Foi o que sugeriu, ontem, o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, durante audiência na Comissão Mista do Orçamento. Como a meta de superávit de 4,5% é calculada sobre o valor do PIB, que ficará acima do previsto inicialmente, o setor público precisará fazer uma economia de até R\$ 2,6 bilhões além do programado.

“Isso significa que vamos ter de fazer um esforço adicional neste fim de ano, mas creio que está dentro da margem que acumulamos. Espero que não tenhamos de fazer nenhum corte draconiano”, disse Levy. Segundo ele, o governo tem sido prudente nos gastos e “a execução orçamentária está sendo compatível com as metas” de superávit primário, mas não está descartada a necessidade de algum tipo de ajuste, o que, se acontecer, afetará os investimentos.

Até outubro, o setor público acumulou uma economia global de R\$ 77,9 bilhões no ano, e a meta exigida pelo novo PIB é de R\$ 78,7 bilhões. A diferença é pequena, mas os técnicos do governo alertam que dezembro – quando é pago o 13.º salário do funcionalismo – é um mês de déficit para os vários níveis de governo.

Nos próximos dias, a equipe econômica fará uma reavaliação contábil, com base nos dados de novembro, para ver se os cortes são necessários. Na prática, uma eventual redução nos investimentos para 2004 (R\$ 10,5 bilhões) está condicionada ao comportamento da receita. O excesso de arrecadação em novembro e dezembro tem de chegar a R\$ 3,2 bilhões para garantir que a programação atual de despesas seja cumprida. Pelos resultados acumulados desde janeiro (R\$ 16,5 bilhões de aumento na arrecadação), não é impossível que isso

ocorra, mas há dúvidas.

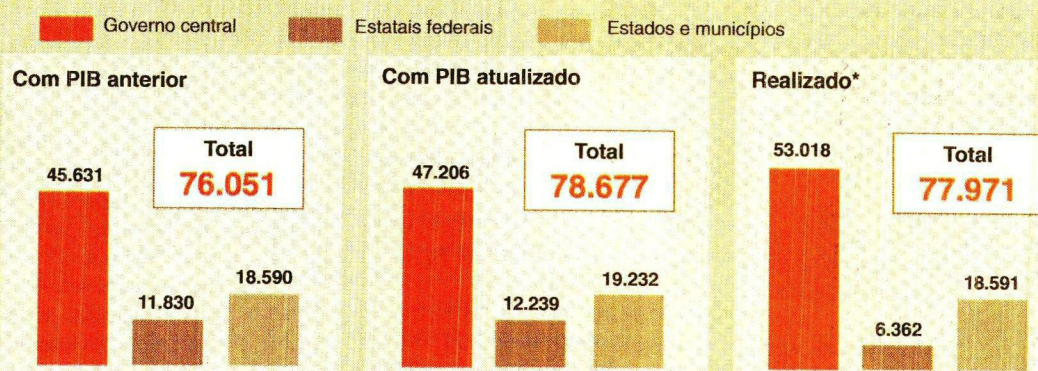
Por cautela, o governo pode optar por não empenhar todos os investimentos previstos no ano ou até segurar o pagamento dos já realizados. Segundo Levy, “a gente procura manter os empenhos e pagamentos casados”, mas até 28 de novembro o volume de empenhos (autorização para gasto) estava R\$ 4 bilhões acima dos pagamentos, incluindo “restos a pagar”. Nas novas projeções do PIB para 2004, que servem de base para o cálculo do superávit primário, a equipe econômica está considerando não apenas a maior base de 2003 divulgada nesta semana pelo IBGE, como também um

crescimento de 5% neste ano, e não mais de 4,32%. Com os novos parâmetros e base, o PIB de 2004 passará de R\$ 1,69 trilhão para R\$ 1,75 trilhão.

Em 2005, o PIB maior também exigirá do governo uma economia extra de R\$ 2 bilhões para cumprir a meta de superávit, fixada em 4,25%. Para compensar a provável redução de gastos decorrente desse fato, o governo está decidido mesmo a incluir no Orçamento de 2005 um conjunto de projetos de investimentos “rentáveis”, entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3 bilhões, que não seriam contabilizados como despesa primária no cálculo do superávit. ●

MAIOR APERTO

O efeito do PIB sobre as metas de superávit primário do setor público (em R\$ milhões)



Fonte: Boletim do BC e dados do IBGE (*) até outubro.
Obs: o valor estimado do PIB de 2004 passou de R\$ 1,690 trilhão para R\$ 1,748 trilhão

S&P recomenda ao País elevar superávit primário

MELHORA: O Brasil pode melhorar rapidamente sua classificação de risco se elevar o superávit primário, em vez de reduzi-lo de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,25% no ano que vem, disse ontem a diretora de rating da Standard & Poor's (S&P) para a América Latina, Jane Eddy. Segundo ela, a melhora na classificação de um país leva em conta sua capacidade de obter crédito. No caso do Brasil, os principais fatores são o crescimento do PIB de mais de 3,5% no médio prazo e a redução mais rápida da relação dívida/PIB.

Apesar dos bons indicadores macroeconômicos divulgados na quarta-feira, a S&P descarta uma elevação no rating do País no curto prazo, mesmo porque, em setembro, elevou a nota do Brasil para BB-.